



SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

Processo nº: 00200.006071/2025-26

Assunto: Manifestação do órgão técnico acerca das notas da COATC e recomendações da COPEL.

Em 25 de agosto de 2025.

Senhora Chefe do SACT/COATC,

Em atenção ao Ofício nº 600/2025 – COATC/SADCON, este Órgão Técnico se manifesta sobre as notas elaboradas pela COATC e sobre as recomendações expedidas pela COPEL.

Nota ou Recomendação	Item do TR alterado	Ajuste realizado	Justificativa, se for o caso
Nota COATC nº 1		O Mapa de Riscos da contratação foi atualizado, consoante documento NUP 00100.152768/2025-04.	
Nota COATC nº 2		A ata de deliberação do Comitê de Contratações que formalizou a dispensa do ETP foi anexada ao processo, consoante documento NUP 00100.152752/2025-93.	
Nota COATC nº 3, nº 6 e nº 7			O prazo de entrega conta a partir do recebimento da ordem de fornecimento para os grupos 1 e 3, bem como para itens 15, 16 e 18.
Nota COATC nº 4	3.1.4.2	A redação do item 3.1.4.2 foi ajustada, conforme sugestão da COATC.	
Nota COATC nº 5			O órgão técnico ratifica a redação da justificativa de contratação.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

Recomendação COPEL n° 1	1.2.3.4	O órgão técnico justifica a indicação de marca de referência, consoante alínea d do inciso I do artigo 41 da Lei n° 14.133/2021 “quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência”.	
Recomendação COPEL n° 2			<p>Para alguns itens não foram mencionadas marcas de referência porque são objetos, como os mobiliários, que, apesar de terem a mesma marca e modelo, permitem diferentes configurações, sendo que algumas delas não atenderiam ao edital.</p> <p>Assim, a menção de um produto específico poderia atrapalhar, ao invés de ajudar, na identificação de produto em conformidade com o edital.</p>
Recomendação COPEL n° 3			O órgão técnico verificou que todas as referências comerciais indicadas atendem integralmente às especificações exigidas no Anexo 2 para cada um dos itens.
Recomendação COPEL n° 4	Anexo I, tabela CATMAT, item 7	O órgão técnico informa que houve um erro material de preenchimento. Foi informado o PDM e não o CATMAT do	





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

		produto. Assim sendo, foi adotado o CATMAT 443349.	
Recomendação COPEL n° 5			<p>A análise de amostra é uma etapa fundamental para atestar a conformidade do produto, principalmente em relação à durabilidade, característica essa que não é possível determinar por meio de folder.</p> <p>Concordamos que nesses procedimentos há ônus imputado ao licitante e consequentemente à Administração, e por isso não optariamos por esse caminho se não fosse estritamente necessário, como se vê nas aquisições feitas pela SPATR que podem dispensar amostras, e.g. eletrodomésticos padrões.</p> <p>A exigência de amostra compromete a celeridade do certame e, mesmo assim, é um custo aceitável e necessário para diminuir riscos que comprometam o sucesso da aquisição. Nessa análise de contrapartidas, justamente por os itens serem caros é que mais se justifica a necessidade de amostra.</p> <p>Por fim, a simples recusa do produto durante a fase de execução é insuficiente se a</p>





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

			contratada for incapaz de fornecer a contento os itens contratados, o que resultaria na necessidade de uma nova licitação, risco esse que é mitigado com análise de amostras.
Recomendação COPEL n° 6			Medidas específicas como o do item 2 (MDP de 18 mm) são valores padrões de mercado, analogamente a refrigerantes de 2 litros. O que criaria direcionamento seria pedir espessuras heterodoxas como 17 ou 19 mm.
Recomendação COPEL n° 7			“Padrão normativo de ergonomia” é jargão no setor mobiliário que se refere à NR-17 e as respectivas normas técnicas, ou seja, trata-se de padrões que estão reguladas por algum normativo técnico ou jurídico, não sendo, portanto, uma exigência aberta e subjetiva.
Recomendação COPEL n° 8			A cor a definir depende do catálogo de cores oferecido pelo fabricante. Ainda que todos tenham, por exemplo, o azul, pode ser que o azul oferecido de alguma forma não componha bem com o ambiente onde o móvel será colocado, então se o edital fixa categoricamente a cor de antemão, a área solicitante





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

			fica preso a uma configuração que pode não lhe servir.
Recomendação COPEL nº 9 e 11	Itens 1 a 5 do Anexo I	Foram reavaliadas as exigências e retiradas aquelas consideradas prescindíveis.	
Recomendação COPEL nº 10	1.2.2	Inseridas as justificativas para exigências de laudos e certificados.	





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	7
2. Forma de contratação	12
3. Requisitos do fornecedor	15
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	16
5. Modelo de gestão	17
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	17
7. Obrigações da Contratada	18
8. Regime de execução	18
9. Condições de recebimento do objeto	19
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	20
11. Forma de pagamento	20
12. Condições de reajuste	20
13. Garantia contratual	20
14. Plano de contratações	21
15. Responsável pela elaboração do TR	21
ANEXO I	22
1. Especificações técnicas do objeto	22
2. Critérios e práticas de sustentabilidade	52
ANEXO II	53
1. Valor estimado da contratação	53
ANEXO III	55





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

TERMO DE REFERÊNCIA - SPATR

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de itens de suporte às atividades do Senado Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. Justificativa do ILB - Instituto Legislativo Brasileiro de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0141/2024 para aquisição de mobiliário moderno para as salas de aula do ILB:

Com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos públicos e alinhar o investimento à missão do ILB de oferecer educação corporativa de qualidade, fundamentada em práticas pedagógicas modernas e inclusivas, optou-se por priorizar, neste pedido de contratação, o mobiliário para as salas 1, 2 e 4, sendo:

- 88 (oitenta e oito) cadeiras rebatíveis, leves, com rodinhas, que proporcionam maior mobilidade e versatilidade nas configurações das salas de aula. Inicialmente, o órgão demandante solicitou 94 (noventa e quatro) cadeiras rebatíveis. Posteriormente, solicitou redução do quantitativo para 88 cadeiras.
- 78 (setenta e oito) mesas modulares do tipo trapézio, leves e com rodinhas, facilitando a formação de configurações circulares e promovendo a interação entre os alunos.
- 6 (seis) mesas retangulares com tampo rebatível, leves, medindo cerca de 160x60 cm, com rodinhas, permitindo configurações flexíveis e fácil armazenamento. Inicialmente, o órgão demandante solicitou oito mesas rebatíveis. Posteriormente, solicitou redução do quantitativo para 6 mesas.

A aquisição destes móveis é essencial para a modernização das salas de aula, permitindo flexibilidade na disposição do espaço e adaptabilidade às diferentes metodologias de ensino.

1.2.1.2. Justificativa da SGIDOC - Secretaria de Gestão da Informação e Documentação de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0398/2024 para aquisição de cadeiras tipo caixa/desenhista para a Biblioteca do Senado Federal:

Reposição das cadeiras utilizadas pelos colaboradores da APAE, que trabalham na Biblioteca do Senado. A compra anterior dessas cadeiras foi realizada em 2019. As cadeiras devem suportar massa de, pelo menos, 100 kg. As cadeiras devem ser do tipo caixa/desenhista, uma vez que permitem trabalho em bancadas elevadas, local onde os funcionários realizam a limpeza e manutenção de livros.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

1.2.1.3. Justificativa da SGIDOC - Secretaria de Gestão da Informação e Documentação de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0374/2024 para aquisição de armários corta-fogo:

A SGIDOC possui, entre outras atribuições, o dever de conservar e preservar o acervo histórico, artístico, arquivístico e cultural sob sua custódia. A preservação adequada desses bens requer a aquisição de materiais e equipamentos que atendam as especificidades dos mesmos e possam garantir sua manutenção para as futuras gerações.

Dentre esses materiais, estão produtos químicos utilizados na conservação e restauração dos acervos. Contudo, esses produtos químicos, por vezes, podem oferecer risco à saúde dos colaboradores que próximo deles laboram, devendo ser armazenados em local seguro.

É proibido, segundo as normas que regulamentam o tema, armazenar certos produtos químicos ao relento. Ressalta-se que a unidade já possui uma unidade do referido armário corta fogo, mas a quantidade de trabalho e atividades necessita maior quantidade de produtos químicos inflamáveis, o que demanda mais 3 unidades, para o correto armazenamento dos produtos. Para tal, a aquisição de 3 (três) armários corta fogo, com as medidas de 2000 x 1000 x 450 mm, atende ao que se pretende.

1.2.1.4. Justificativa da SGIDOC - Secretaria de Gestão da Informação e Documentação de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0109/2024 para aquisição de mobiliário para o hall, salão de leitura e salas administrativas da Biblioteca do Senado Federal:

A escolha do mobiliário desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente versátil na biblioteca, que precisa atender tanto às necessidades de estudo quanto de realização de eventos culturais, como Rodas de Leitura e lançamentos de livros. Considerando a importância da mobilidade e do conforto para os usuários, é essencial que os móveis sejam projetados para proporcionar ambientes acolhedores e adaptados.

Assim, os móveis desempenham um papel crucial para tornar acessíveis os espaços, produtos e serviços da Biblioteca. Eles não apenas facilitam o acesso e a utilização dos espaços, mas também contribuem para o conforto dos usuários durante suas atividades.

Portanto, o intuito desta demanda é readequar o mobiliário da Biblioteca conforme as diretrizes estabelecidas pela NBR 9050:2020 e pelo Plano de Acessibilidade 2024/2025. Isso inclui a adaptação de 10% das mesas do salão de leitura, a solicitação de aquisição de mobiliário acessível e a instalação de piso tátil direcional para orientação espacial de pessoas com deficiência visual. Essas medidas visam garantir que todos os usuários, independentemente de suas capacidades, possam desfrutar plenamente dos recursos oferecidos pela biblioteca.

Plano de Acessibilidade 2024/2025 - Resultado 6 - Tornar acessível os espaços, produtos e serviços da Biblioteca e Museu do Senado. Iniciativa 6 - Realizar diagnóstico para adequar o mobiliário da Biblioteca e do Museu com aderência ao estabelecido pela NBR 9050:2020, com o objetivo de adequar





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

10% das mesas do salão de leitura; solicitar aquisição de mobiliário; instalar piso tátil direcional para orientação espacial de pessoas com deficiência visual [...].

- 28 cadeiras para compor o salão de leitura.
- 7 mesas de estudo.
- 2 sofás lounges.
- 10 poltronas.
- 5 mesas de centro
- 4 cadeiras giratórias para a APAE.

Inicialmente, o órgão demandante solicitou uma mesa de higienização de documentos. No entanto, tal equipamento não pertence a lista de objetos contratáveis em que a SPATR atua como órgão técnico. Assim, o órgão demandante foi informado que o objeto não seria adquirido na licitação em tela.

1.2.1.5. Justificativa da SPOL - Secretaria de Polícia do Senado Federal de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0192/2024 para aquisição de cofres digitais pequenos:

No SELOG (Serviço de Logística), é feita a guarda de materiais controlados e perigosos. Esses cofres se destinam a guardar materiais pequenos que precisam ser controlados.

1.2.1.6. Justificativa da SPATR - Secretaria de Patrimônio de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0025/2025 para aquisição de cadeiras para a barbearia do Senado Federal:

No dia 30 de março de 2023, foi elaborado um pedido de aquisição de 8 (oito) cadeiras para a barbearia do Senado Federal. Nota-se que o objeto solicitado pelos funcionários da barbearia não se encontra presente na lista de objetos contratáveis do Senado Federal. Assim sendo, no dia 27 de abril de 2023, o Diretor da Secretaria de Patrimônio solicitou à Diretora-Geral autorização para iniciar um procedimento licitatório a fim de substituir as cadeiras atualmente existentes no local. Tal solicitação foi deferida, consoante documento NUP 00100.093675/2023-61-1 (Anexo:001).

Tendo em vista o baixo valor da aquisição, foi realizado o procedimento de dispensa de licitação, conforme autos do processo 00200.010142/2023-23. A empresa CREATIVE SOLUCOES COMERCIO DE MOVEIS LTDA sagrou-se vencedora da dispensa de licitação, consoante documento NUP 00100.126438/2024-74. No entanto, a empresa não entregou o objeto. Inicialmente, pleiteou prorrogação do prazo de entrega, conforme processo 00200.016644/2024-49. A DIRECON indeferiu o pedido. Por fim, restou configurada a inexecução total da Ordem de Fornecimento n.º 6/2024 e da Nota de Empenho n.º 2024NE000005 por parte da empresa contratada, consoante processo de penalidade 00200.018758/2024-23. Ademais, a gestão da avença se manifestou pelo cancelamento da





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

Nota de Empenho (NUP 00100.219913/2024-55), dado que a contratada não respondeu sobre o interesse ou previsão de entrega dos bens.

Ante o exposto, elabora-se novo Documento de Formalização de Demanda, a fim de viabilizar a aquisição de novas cadeiras para a barbearia do Senado Federal.

1.2.1.7. Justificativa da SPATR - Secretaria de Patrimônio de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0316/2024 para aquisição de equipamentos para mensuração de agentes ambientais na inspeção de locais de trabalho:

Os equipamentos de medição são de suma importância para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), na mensuração dos agentes quantitativos, auxiliando a elaboração de laudos de avaliação ambiental, caracterização de condições de insalubridade e proposição das medidas de controle necessárias a manter a exposição dos trabalhadores dentro dos limites estabelecidos pelas normas regulamentadoras e de higiene ocupacional. Em levantamento feito em conjunto com o Engenheiro do Trabalho da SESOQVT, foi identificado que, atualmente, o Senado Federal não possui a maioria expressiva dos equipamentos listados, os quais são necessários para avaliação de agentes de risco quantitativos. Ademais, os que têm (Luxímetro, Decibelímetro e Anemômetro), encontram-se danificados, prejudicando a precisão dos resultados obtidos nas medições. Assim, a presente demanda advém da necessidade de aquisição de equipamentos para realização de medição de agentes ambientais quantitativos a fim de subsidiar o gerenciamento de riscos ocupacionais nas dependências no Senado Federal.

1.2.1.8. Justificativa da SECOM - Secretaria de Comunicação Social de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0069/2022 para aquisição de porta banner para sinalização de eventos:

O item é utilizado em diversos eventos para exposição de banner, dando uma maior visibilidade das informações aos participantes. A quantidade solicitada atenderá a demanda recorrente de empréstimo deste material para todos os órgãos internos do Senado Federal e aos eventos organizados por esta Secretaria.

1.2.1.9. Justificativa da SECOM - Secretaria de Comunicação Social de acordo com o Documento de Formalização de Demanda n.º 0114/2024 para aquisição de ombrelones com base:

Em algumas situações, como nas posses presidenciais, as equipes da TV Senado têm que fazer gravações em ambientes externos, que demandam o uso de ombrelones para proteção dos equipamentos e dos profissionais envolvidos. Desta forma, há necessidade de repor os ombrelones que temos, visto que estão em péssimas condições. Temos 8 ombrelones e destes, apenas 4 podem ser utilizados, e mesmo assim, não estão em boas condições, visto que já são bem antigos e já foram muito utilizados.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

1.2.1.10. Justificativa da COASAL – Coordenação de Administração e Suprimento de Almoxxarifados de acordo com o Documento de Formalização de Demanda nº 0212/2025 para aquisição de carrinho para transporte de material

Auxiliar o transporte de materiais de consumo entre o almoxxarifado e as unidades parlamentares e administrativas. Houve demanda crescente por esse carrinho, principalmente após a mudança do almoxxarifado da água para o bloco 16.

1.2.2. Justificativa para a documentação técnica exigida

1.2.2.1. Certificado de cadeia de custódia Cerflor é uma exigência prevista para mobiliário fabricado em madeira desde o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS de 2015.¹

1.2.2.2. Certificado de regularidade – Ibama, segundo o Guia de Contratações Sustentáveis da AGU², atesta a conformidade dos dados da pessoa inscrita para com as obrigações as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas que estão sob controle e fiscalização do IBAMA.

1.2.2.3. Laudos que atestam a conformidade com produção em relação às normas técnicas ABNT NBR têm embasamento no art. 42, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

1.2.3. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.3.1. O quantitativo previsto no termo de referência para a contratação do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da administração, considerando que as demandas submetidas pelos órgãos demandantes foram precisas e se destinam a atender demandas pontuais das referidas unidades.

1.2.4. Resultados esperados com a contratação

1.2.4.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo adquirir itens de suporte às atividades de diversas unidades do Senado Federal.

1.2.4.2. Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação dos objetos em tela é a que melhor atende à Administração, pois os órgãos demandantes

¹<https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/egov/planejamento-estrategico-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-senado-federal/pgls/PGLS2015.pdf>

²<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

descreveram com precisão os itens necessários para atender suas necessidades, as quais tais unidades detêm maior conhecimento que qualquer outra área do Senado Federal.

1.2.4.3. Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que foi realizada extensa pesquisa de diversos itens disponíveis no mercado e que são hábeis no atendimento das necessidades dos órgãos demandantes.

1.2.4.4. A indicação de marca de referência pelo órgão técnico é compatível com a alínea d do inciso I do artigo 41 da Lei nº 14.133/2021 “quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência”. Ademais, as marcas de referência indicadas atendem integralmente às especificações técnicas exigidas para cada um dos itens.

1.2.5. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.5.1. Contratos / Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídas com a contratação.

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
NE 913/2024	Armário corta-fogo	10/02/2024
NE 28/2024	Mesa retangular com tampo rebatível – 160cm X 60cm	10/09/2024
NE 25/2024	Cadeira enfileirável com rodízios	19/09/2024

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. A justificativa para não adotar o SRP é o não enquadramento nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023. As demandas relacionadas nessa contratação são pontuais, não recorrentes e os quantitativos foram definidos com precisão pelos órgãos demandantes.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “por grupo e por item”.

2.5.1.1. Para os itens agrupados, constatou-se a existência dos seguintes fatores técnicos/econômicos que justificam seu agrupamento, nos termos da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União c/c art. 40, inciso V, alínea “b”, e §3º; e art. 47, inciso II, e §1º, da Lei nº 14.133/2021:

-Grupo 1:

- Critérios técnicos: o agrupamento se deve à padronização, montagem e garantia do mobiliário. No caso, os móveis do grupo compõem um ambiente único (a sala de leitura da COBIB), e a subdivisão em itens ou grupos de forma que vários fornecedores ofertem peças separadas torna possível a desarmonia funcional e estética do espaço, além de dificultar os reparos de manutenção, conservação e troca de peças, visto que os móveis terão origem em fabricantes diferentes, cada um com sua escolha de matérias primas, máquinas e processos fabris.

-Grupo 2:

- Critérios técnicos: foram agrupados equipamentos para mensuração de agentes ambientais na inspeção de locais de trabalho, dado que são podem ser ofertados em licitação por um mesmo fornecedor. Ademais, serão adquiridas duas unidades de cada item. O agrupamento torna a licitação mais atrativa do ponto de vista econômico, reduzindo a possibilidade de fracasso na aquisição dos equipamentos;

-Grupo 3:





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

- Critérios técnicos/econômicos: as cadeiras foram agrupadas pelo critério de afinidade, levando em consideração as características físicas, de utilização e fabricação dos bens. Esse processo de agrupamento tem por finalidade gerar ganhos ao Senado Federal através de economia de escala e minimizar os riscos quanto à oferta dos itens de menor quantitativo. A experiência comprova que a adjudicação por item para objetos com alto custo de fabricação e baixo quantitativo inviabiliza e desestimula a participação de empresas não domiciliadas no Distrito Federal, tendo em vista sobretudo o alto gasto com transporte dos bens. Dessa forma, o agrupamento tem também por finalidade tornar atrativo o certame a empresas domiciliadas em todo território nacional, aumentando de forma considerável a concorrência. Ressaltamos o risco da ocorrência de licitação fracassada, pelo baixo volume financeiro de alguns itens, caso estes sejam licitados individualmente ou ainda a sua aquisição por valor majorado.

2.5.1.2. Para os itens não agrupados, não foi constatada a existência de fatores técnicos/econômicos que justifiquem seu agrupamento, podendo-se propiciar ampla competitividade à sua disputa.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não será permitida a subcontratação parcial do objeto.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Para os itens 17 a 22, será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.8.1.1. Não há óbice à aplicação do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, de tal sorte que, para os itens/grupos cujo valor estimado se encontre abaixo de R\$ 80.000,00, a licitação poderá ser exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

2.8.2. Para os grupos 1, 2 e 3, itens 15 e 16, não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

2.8.2.1. A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 se deve a algumas empresas especializadas e experimentadas neste tipo de demanda não se enquadram na categoria de ME e EPP e seriam impedidas de concorrer, o que comprometeria consideravelmente a qualidade do objeto final. Além disso, o aumento da competitividade certamente reduzirá o custo da aquisição, revertendo em benefício ao erário, não excluindo, de qualquer modo, a participação de ME's e EPP's.

2.8.2.2. Em experiência passada recente (Pregão 96/2018), por ter sido adotada a participação exclusiva de ME/EPP, alguns fabricantes tradicionais foram impedidos de participar do Pregão, o que foi prejudicial à Casa e ao erário, já que esses fabricantes possuíam as melhores cadeiras a preços competitivos para uma aquisição que ultrapassa 1 milhão de reais. Para piorar a situação, nenhum desses fabricantes reputáveis possuíam representantes ME/EPP em Brasília, o que teria lhes dado acesso ao certame. Isso ocorre porque em Brasília a maioria das licitações são de grande porte para atender órgãos em todo o País, tornando lógica a escolha dos fabricantes de participarem dos Pregões eles mesmos, e não seus representantes, para oferecer o preço mais competitivo possível. Assim, na aquisição em tela, por constar móveis e cadeiras, foi detectada a necessidade de não aplicar o tratamento diferenciado.

2.8.2.3. Além disso, em que pese haver itens/grupos com valor estimado acima de R\$ 80.000,00, é inadequada a destinação de percentual para ME e EPP, haja vista que os bens deverão compor o espaço funcional legislativo e administrativo e necessitam de padronização de cores, textura e acabamento, sendo imperioso o fornecimento pela mesma empresa, conforme justificado no item 2.5 deste TR.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Capacidade Técnica

3.1.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.1.2. Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante.

3.1.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial.

3.1.3.1. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.1.4. Qualificação econômico-financeira





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

3.1.4.1. Para os grupos 1, 2, 3 e itens 15, 16 e 18: Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

3.1.4.1.1. que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

3.1.4.1.2. que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a) a.2.1) $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

b) a.2.2) $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$ e

c) a.2.3) $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

3.1.4.2. Para todos os grupos e itens: Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.1.4.3. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

3.2. Necessidade de apresentação de amostras

3.2.1. Poderá ser exigível a apresentação de amostras pelas licitantes para os itens 1 a 5, 13 a 16, 20, 21 e 22 desta aquisição, a critério do Senado Federal.

3.2.2. A exigência se deve à necessidade de conferir fisicamente se o produto atende ao padrão de mobiliário funcional utilizado no Senado Federal.

3.2.3. A licitante deverá apresentar a(s) amostra(s) de acordo com as condições definidas no Anexo 3.

3.2.4. Independentemente de se exigir amostra do produto, deverão ser apresentadas, por meio de catálogos ou de site, as especificações técnicas detalhadas dos produtos ofertados, sendo vedada a apresentação de panfletos/propagandas.

3.2.5. As especificações técnicas dos produtos ofertados deverão ser apresentadas no momento da apresentação da proposta pelo licitante.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

4.1.1. Para os grupos 2 e itens 17, 19 a 22:

4.1.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de nota de empenho, tendo em vista que a contratação será para compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, sem quaisquer obrigações futuras.

4.1.2. Para os grupos 1, 3 e itens 15, 16 e 18:

4.1.2.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato tendo em vista que a contratação objetiva compras com entrega superior a 30 dias corridos.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. Para os grupos 2 e itens 17, 19 a 22:

4.2.1.1. A avença decorrente deste termo de referência terá vigência até o recebimento definitivo do objeto.

4.2.2. Para os grupos 1, 3 e itens 15, 16 e 18:

4.2.2.1. O contrato decorrente deste termo de referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Indicamos como gestor e fiscal da aquisição: o Coordenador da COAPAT (gestor titular) e seu substituto formalmente designado (fiscal).

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará pelo e-mail SEAPAT@senado.leg.br e pelo telefone (61) 3303-4483.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1.1. Para os grupos 2 e itens 17, 19 a 22:

6.1.2. A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência, em uma única parcela, no prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, acompanhada da nota de empenho.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

6.1.3. Para os grupos 1, 3 e itens 15, 16 e 18:

6.1.4. A Contratada fornecerá o objeto deste Termo de Referência, em uma única parcela, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. manter preposto para este ajuste que irá representá-la, sempre que for necessário.

7.1.5. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.6. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.7. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros.

7.2. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8. Regime de execução

8.1. Os materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues, com agendamento prévio, na Coordenação de Administração Patrimonial – COAPAT, situada no Senado Federal, Via N2, Bloco 16, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, CEP: 70165-900, telefone: (61) 3303-3650 / 3303-4467; ou em qualquer outra localidade, nas dependências do Senado Federal, a ser indicada pelo Gestor, em dias úteis, de 08:00 às 11:30 e de 14:00 às 16:30.

8.2. A Contratada fornecerá o(s) produto(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

8.3. O(s) material(is) será(ão) fornecido(s) em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação.

8.4. A montagem dos móveis deverá ser previamente agendada com o Gestor ou seu representante.

8.5. O prazo de garantia do item, se não determinado na respectiva especificação técnica no Anexo I, deverá ser de 3 meses ou do fabricante caso seja maior do que previsto em lei, a contar do recebimento definitivo do objeto.

8.6. Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

8.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao contratada providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito.

8.6.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao contratada fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.7. Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

8.8. Caberá ao contratada o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

8.9. Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação do gestor.

8.10. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

8.10.1. Para os fins no item acima, a contratada deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1.1. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

9.1.1.1. provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;





SENADO FEDERAL
Secretaria de Patrimônio

e

9.1.1.2. definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

10.2. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11. Forma de pagamento

11.1. O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

12. Condições de reajuste

12.1. O contrato poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data de celebração do ajuste.

12.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

13. Garantia contratual

13.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois, consoante previsto no inciso II do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, não foram estabelecidas, neste TR, obrigações futuras para o cumprimento pela Contratada, não sendo razoável, portanto, a exigência de garantia.

